

VERDADE(S) NO DISCURSO POLÍTICO MIDIÁTICO: CONSTRUINDO UM INIMIGO PÚBLICO

Luciana Carmona Garcia Manzano¹

RESUMO: Este artigo busca observar a construção do discurso político midiático no (do) Brasil a partir de capas de um jornal impresso de grande circulação. Nosso interesse é observar como as práticas discursivas midiáticas na contemporaneidade constroem sujeitos políticos que são tomados como instrumento de uma luta levada a cabo pela opinião pública, considerando que a circulação desses discursos contribui para a ascensão, permanência e/ou decadência de forças políticas na sociedade. Ancorados nas reflexões de Angenot (2015) sobre a construção da hegemonia e do contradiscurso, de Foucault (2015) sobre a noção de dispositivo e de Courtine (2006) sobre a mediação política, pôde-se encontrar um funcionamento que resulta de um sistema de regras que gerem o que pode e o que deve ser dito em determinado momento histórico e que responde a um conjunto de procedimentos regulatórios que homogeneizam o dizer e fazem ecoar e persistir os sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político; Mídia; Dispositivo.

RESUMEN: Este artículo busca observar la construcción del discurso político mediático en el (de) Brasil a partir de tapas de un periódico de gran circulación. Nuestro interés es observar cómo las prácticas discursivas mediáticas en la contemporaneidad construyen sujetos políticos que son tomados como instrumento de una lucha llevada a cabo por la opinión pública, considerando que la circulación de esos discursos contribuye para la ascendencia, permanencia o decadencia de fuerzas políticas en la sociedad. Anclados por las reflexiones de Angenot (2015) sobre la construcción de la hegemonía y del contradiscurso, de Foucault (2015) sobre la noción de dispositivo y de Courtine (2006) sobre la mediación política, se pudo encontrar un funcionamiento que resulta de un sistema de reglas que rigen lo que puede y lo que debe ser dicto en dado momento histórico y que responde a un conjunto de procesos reguladores que homogeneizan el decir y hacen resonar y persistir los sentidos.

PALABRAS-CLAVE: Discurso político; Media; Dispositivo.

Introdução

Como são construídos sentidos que se apresentam de modo unívoco e unânime na sociedade contemporânea? Como compreender a construção de sentidos hegemônicos no seio de um campo discursivo? Ou, ainda, como se constroem as verdades e os discursos predominantes nas sociedades?

Tais questões são trazidas à tona num momento político e social em que se pode observar uma polarização ideológica generalizada, por todos os meios de circulação de discursos, que faz emergir um comportamento social de intolerância em todas as camadas de interação de linguagem, e que mais parece um diálogo de surdos alucinados e sedentos por violência.

¹Doutora em Linguística, docente pesquisadora do Programa de Mestrado em Linguística da Unifran (Franca/SP). E-mail: luciana.manzano@unifran.edu.br

Para observar a construção desse saber hegemônico em curso no discurso político veiculado na mídia, coletamos os fac-símile das capas impressas do jornal Folha de São Paulo, disponíveis na internet, de janeiro a março de 2016 e trouxemos, para esta análise, quatro delas: a do dia 30 de janeiro, a do dia 23 de fevereiro, e as dos dias 3 e 8 de março, cujos destaques são a política nacional. A escolha pelo jornal Folha se dá por sua amplitude de circulação no país.

A leitura de Foucault e o contato com suas discussões e proposições, possibilitam-nos sustentar que, para além do sujeito e do poder, o filósofo se ocupou da linguagem porque é por ela que se instaura o sujeito e é a partir dela que se observam as relações de saber/poder e os jogos de verdade que circulam na sociedade.

O dispositivo hegemônico e o discurso político mediatizado

Angenot ([1989] 2015, p. 28), em suas reflexões sobre o discurso social, compreendendo-o como “um espaço de intersecções nos quais as coerções e as imposições de temas e formas vêm colmatar as brechas, impedir tendências centrífugas” e operar uma espécie de unificação dos modos de pensar e de fazer circular, reestrutura o conceito de hegemonia como o resultado coeso de um conjunto de procedimentos uniformizantes e norteadores que asseguram certa homogeneização dos discursos e das crenças.

A hegemonia compõe-se das regras canônicas de gêneros e de discursos (incluindo a margem e variações e desvios aceitáveis), das preferências e dos status dos diferentes discursos, das normas da boa linguagem (incluindo ainda os graus de distribuição linguística, do alto estilo literário à matéria bruta da escrita jornalística “popular”), das formas aceitáveis da narração, da argumentação e, de forma mais geral, da cognição discursiva; **de um repertório de temas que se impõem a todas as mentalidades e espíritos, de tal sorte que seu tratamento abre o campo de debates e de dissensões, que são, por seu turno, eles próprios igualmente regrados pelas convenções de forma e de conteúdo** (ANGENOT, [1989] 2015, p. 28, grifos nossos).

Na esteira do pensamento de Michel Foucault, essas questões são debatidas a partir das reflexões sobre as relações de poder/saber. Foucault (2005) se vale do modelo da guerra para analisar as relações de poder/saber e observa que o modo como se dão essas relações é de luta. Há sempre uma tensão, uma luta entre os saberes de teorias globais e totalitárias contra os saberes da crítica, do contradiscurso. Segundo o autor, grandes teorias globais, como o marxismo, eram responsáveis por rupturas provocadas pela criticabilidade, mas ainda assim,

havia um modo de produção autônomo e descentralizado da crítica, que contribuía para certas transformações do saber. Essa luta entre os saberes move as relações de poder.

É possível observar uma correlação entre o pensamento de Foucault (1996) e Angenot ([1989] 2015), no sentido de compreender a existência de um conjunto de procedimentos sociais, históricos e culturais, que regulamentam os discursos e promovem uma aparência de que se pode tudo dizer; é sob essa aparente independência de um saber social que se operam os procedimentos de coerção e controle discursivos que constituem uma ordem do que pode ou não ser dito, pode ou não ser pensado – e que seria um pensamento absurdo ou bizarro. O discurso social seria, assim, um dispositivo que monopoliza e reproduz infinitamente certos dizeres, perpetua saberes e conserva poderes.

O enunciado, categorizado como porção material fundamental do discurso, é constituído de elementos linguísticos, mas não se reduz à língua: enquanto unidade discursiva, ele é composto da singularidade da enunciação, do lugar e do tempo em que ele emerge (da espessura histórica que o compõe), assim como da instância do sujeito que realiza a enunciação. Desse modo, o enunciado pertence à linguagem, mas não é um objeto puramente linguístico. Esta é uma das grandes contribuições de Foucault (2000) para o estudo da linguagem em análise do discurso: pensar o conceito de enunciado dentro da espessura histórica que lhe confere condições de emergência no discurso.

Nossa incursão às reflexões de Michel Foucault, dentro do âmbito de uma análise do discurso que se filia aos estudos desenvolvidos desde a década de 1960 pelo grupo de Michel Pêcheux, se deve ao pensamento de Jean-Jacques Courtine que, na década de 1980, mostrou-nos – em seu livro “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos” ([1981] 2009) – um modo de pensar teórico-metodológico do discurso que se apoia nas considerações de Foucault, ou seja, um modo de pensar a AD a partir da perspectiva de Foucault: “reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD” (COURTINE, [1981] 2009, p. 82). É por este modo de pensar que Courtine acentua, em suas reflexões, que o discurso não pode se reduzir ao texto, porque ele é mais que texto, ele é um “fragmento de história. E as palavras do texto, atravessadas pela história, deixam de ser simples unidades linguísticas” (COURTINE, 2013, p. 30). Como um fragmento de história, os enunciados que compõem o discurso são formulados por um vasto conjunto de materialidades significantes, que não se reduzem à materialidade textual sistematizada pela língua, já que,

como história, o enunciado é o efeito das relações sociais dentro da história, que se materializam na/pela linguagem.

Para Foucault (1996), um discurso só é legitimado e aceito se se posiciona de acordo com a vontade de verdade que, em um dado momento histórico, separa o verdadeiro do falso. A verdade obedece a condições históricas de aceitabilidade dos enunciados e se inscreve, em um tempo histórico, a partir de jogos de poder e saber em uma sociedade. A compreensão dos limites desses jogos de poder e saber se dá pelo dispositivo.

O dispositivo, segundo Foucault (2015, p. 47), define-se como “estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e sendo suportado por eles”. A formação do dispositivo se dá, segundo Foucault (2015), em dois momentos: **i**) a prevalência de um objeto estratégico, seguida de sua **ii**) permanência como tal como lugar de um processo duplo: de um lado, um “processo de sobredeterminação funcional” (FOUCAULT, 2015, p. 46) na medida em que cada efeito, ao entrar em jogo com outros elementos, demanda retomadas e reajustes para a permanência de um determinado dispositivo constituído – assim, o processo não cessa de se transformar, pois as práticas discursivas tampouco cessam de ocorrer; de outro, um “processo de preenchimento estratégico”, na medida em que os resultados dos efeitos dão lugar a uma (ou mais) reutilização(ões) estratégica(s) que transformam elementos que passam a integrar o dispositivo.

Foucault (2015, p. 45) busca três passos para compreender o dispositivo:

(...) primeiramente, um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo propriamente é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, [...] a natureza do laço que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Assim tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição, ora pelo contrário como um elemento que permite justificar e mascarar uma prática, que permanece, ela, muda, ou funcionar como interpretação secundária desta prática, dar-lhe acesso a um plano novo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, há como um jogo, mudanças de posição, modificações de posições, que podem eles também, serem muito diferentes. Em terceiro lugar, [...] uma espécie [...] de formação, que, em um dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem, pois, uma função estratégica dominante. Isso pôde ser, por exemplo, a reabsorção de uma massa de população flutuante que uma sociedade de economia do tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: houve aí um imperativo estratégico, funcionando como matriz de um dispositivo, que se tornou pouco a pouco o dispositivo de controle-sujeição da loucura, da doença mental, da neurose.

Compreendemos, então, o discurso político midiático como um dos elementos dessa rede que constrói o dispositivo, que, para o caso específico destas análises, será denominado de “dispositivo anticorrupção”. E é a partir dessa compreensão que observamos seu funcionamento na construção de verdade de um tempo histórico.

Em sua investigação sobre as transformações do discurso político ao longo da história, Courtine ([1987] 2006) verifica que se transformam, concomitantemente, o espaço de circulação desses discursos e o modo de enunciá-lo. O aperfeiçoamento técnico e tecnológico dos meios de comunicação das últimas três décadas colocou o discurso político em um espaço espetacularizado, fazendo com que deixasse de ser prioritariamente verbal e passasse a ser constituído por “uma colagem de imagens e uma performatividade” (COURTINE, [1987] 2006, p. 85) discursiva. Essa performatividade, associada ao canal visual, passa a ser explorada cada vez mais pela mídia, que faz circular sentidos, constrói, sustenta e preserva saberes hegemônicos. Do mesmo modo, essa performatividade passa a ser cada vez mais indissociável e subordinada à imagem do ator político, do indivíduo que assume um lugar e uma função dentro do sistema político.

A configuração da capa do jornal impresso é um espaço de construção discursiva que deve **a)** seduzir o leitor (para que ele aceite pagar pela edição), oferecendo-lhe uma prévia dos saberes que poderão ser consumidos na edição; **b)** legitimar-se como lugar de circulação de determinados saberes (economia, política, esporte, cultura); **c)** colocar em relevo uma temática que se tornará central para a construção de um **dizer sobre** que caracteriza a edição (seja a notícia de uma vitória no futebol, uma grande descoberta da ciência ou um grande escândalo político, dentre outros). Além disso, a organização visual dos elementos que compõem a capa do jornal se dá, sobretudo, por meio de caracteres verbais e imagens ampliadas – já que é preciso atrair o olhar do potencial leitor/consumidor a distância. As imagens, geralmente, ocupam um amplo espaço na página. Desse modo, estabelece-se um modo de apreender esse objeto: a imagem.

Curcino (2011, p. 190) postula que a formulação da imagem nos textos contemporâneos estabelece uma “deslinearização do olhar” que coage o leitor e estabelece um registro de leitura: a apreensão do texto passa a ser panorâmica, acelerando a leitura e favorecendo a superficialização da interpretação por entre a aparência da profundidade. Esse processo, ao intensificar a velocidade da leitura, instaura um efeito de aprofundamento da

interpretação, já que o que é dado a ver se instaura em uma proporção maior, com mais nitidez, atualizando o imaginário social de que uma imagem vale mil palavras.

Assim, o jornal impresso cativa o leitor/consumidor por um apelo majoritariamente visual: as imagens ampliadas simulam **janelas indiscretas** que mostram os bastidores de um tema de notícia e o enunciado verbal da manchete constrói um simulacro que aponta interpretações, relações ou complementações de sentido. Uma estratégia discursiva que convida o leitor a folhear o periódico.

Construindo um inimigo

Ainda que compreender o discurso, a partir das considerações de Michel Foucault, seja compreender manifestações sógnicas que vão além da materialidade da língua, é importante ater-se ao fato de que Foucault não extingue a formulação do discurso pela materialidade do sistema linguístico: a questão é que analisar o discurso ultrapassa a análise da materialidade linguística do enunciado.

Observando a circulação dos dizeres no cotidiano da sociedade, Foucault (2000) vê o discurso como prática. A prática discursiva não significa, em si, o exercício da atividade do dizer, mas assinala a existência de um conjunto de regras às quais o sujeito está submetido no momento em que profere o dizer. Desse modo, a formação dos discursos se dá a partir de práticas que, de modo regular, constroem os objetos do dizer.

Nas palavras de Foucault (2000, p. 136):

Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Neste sentido, podemos dizer que as condições de exercício da função enunciativa ou, ainda, as condições de emergência de certos enunciados em dado lugar e em dado momento na história – definidas pelas práticas discursivas – se dão em meio a jogos de verdade que inserem os discursos em seus domínios de legitimidade ou os legam ao esquecimento.

Foucault observa (1996) que a produção discursiva é controlada, selecionada, organizada e redistribuída obedecendo a determinados procedimentos e respondendo a uma vontade de verdade, também construída historicamente. Não é possível dizer tudo, a qualquer tempo ou lugar. Os saberes, poderes e a vontade de verdade que constituem as condições de emergência dos discursos, atuam, também, na interdição dos dizeres.

O discurso, para Foucault (2000), não se apresenta como um simples cruzamento de coisas e de palavras, nem como um confronto entre uma língua e a realidade. Segundo o autor:

Analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. "As palavras e as coisas" é o título - sério - de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2000, p. 135).

Desse modo, tratar os discursos simplesmente como conjunto de signos que designam coisas é trata-los de modo muito superficial e destituí-los de sua força política, pois o modo como funcionam os discursos de acordo com o lugar de que provêm e o momento histórico em que eles se colocam em circulação expõe relações de poder na sociedade que se instauram a partir dos sentidos.

A ordem discursiva que regula o que pode e deve ser dito em uma sociedade abarca procedimentos externos e internos de controle e delimitação do discurso, além de regras que atuam sobre a manifestação de uma posição de sujeito dentro desse discurso. O sujeito é, assim, um produto do discurso: é pelo discurso que se produz subjetividade, é pelo discurso que se funda o sujeito.

O sujeito, deste modo, não é estanque, tampouco perene. Nunca é dado **a priori**. Ele se instaura nas movências dos discursos ao longo da história e pode ser determinado a partir dos lugares histórico-sociais que os sujeitos enunciativos do discurso se encontram. É pelo discurso que se pode definir o *status* do sujeito enunciativo, o lugar de onde ele fala e as posições que ele assume ao dizer. É também pelo discurso, tomado em sua instância histórica,

que se mostra o embate das relações de poder em que o sujeito se posiciona. “O discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas e consiste em uma prática discursiva” (FERNANDES, 2014, p. 107).

O posicionamento do sujeito permite observar a produção de verdade do discurso, pois é dentro do enfrentamento das relações de poder que ocorre o jogo de verdades e, ao enunciar a partir de uma dada posição, o sujeito se instaura como instância de um lugar de verdade. Assim, é possível considerar que o discurso coloca em evidência as relações entre os sujeitos, a(s) verdade(s) e o poder.

Para a análise que pretendemos neste artigo, observaremos a existência de algumas regularidades na construção da imagem do sujeito político a partir dos enunciados que circulam nas capas do jornal A Folha de São Paulo dos dias 30 de janeiro, 23 de fevereiro, 3 e 8 de março de 2016.



Figura 1 – *fac-símile* das capas dos dias 30 de janeiro e 23 de fevereiro, disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/nacional/2016/01/30/> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/nacional/2016/02/23/>



Figura 2 – *fac-símile* das capas dos dias 3 e 8 de março, disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/nacional/2016/03/03/> e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/nacional/2016/03/08/>

As manchetes que constroem e definem o jornal do dia tratam de um tema recorrente no noticiário: as investigações da Polícia Federal na operação denominada Lava Jato, que conta com a implicação de nomes ligados ao ex-presidente Lula e à presidenta, então em mandato, Dilma Rousseff.

No dia 30 de janeiro, a manchete traz o enunciado verbal “Nota fiscal de barco reforça elo de Lula com sítio em SP”. A imagem, abaixo da manchete, que figura na capa do dia faz reconhecer José Dirceu em meio a policiais federais, com as mãos alongadas atrás do corpo, o que sugere, sem mostrar, que o indivíduo está algemado.

Considerando o tipo de circulação que a capa do jornal tem no âmbito social, é possível inferir que o modo de apreensão e de leitura dessa capa se dá praticamente como um único enunciado verbo-visual: a manchete e a fotografia mantêm um funcionamento discursivo conjunto, em que, ao mesmo tempo em que a imagem pode figurar como ilustração do que enuncia o verbo, este serve como legenda para o que a imagem sugere. Explicamos:

O que o verbo não diz, mas o faz em conjunto com a imagem, a partir da organização semântica entre **nota fiscal**, **reforça** e **sítio**, já está dito alhures, ou seja, há uma suspeita de irregularidade que pesa sobre o nome do ex-presidente e que tem envolvidos imóveis ligados

a uma grande empreiteira. A manchete instaura um efeito de memória e reforça um discurso que já foi construído sobre o envolvimento do ex-presidente como acusado e apresenta-se como um dado novo frente a uma situação estabelecida: Lula está envolvido em corrupção. Ao mesmo tempo em que a menção à **nota fiscal** funciona como um pré-julgamento, já que se trata de prova de incriminação, e reforça o imaginário social de que **contra provas, não há argumentos**, imbui o sujeito do discurso jornalístico de uma legitimidade do dizer. É possível dizer de Lula o que se diz porque há documento que prova o dito.

Além disso, a expressão **o elo de Lula** permite uma associação direta com a imagem de José Dirceu: ele foi construído discursivamente como sendo **o braço direito de Lula no governo** além de amigo pessoal. Estabelecido o paradigma de leitura, que impõe uma ordem do olhar que vai do verbal ao não verbal, num movimento vertical, a imagem funciona como complemento de uma interpretação que já é sugerida pelo enunciado verbal. O plano da fotografia permite identificar, além de José Dirceu, os rostos de alguns dos policiais, mas desfoca o rosto do policial que figura à frente do plano. O foco da imagem sobre o corpo de José Dirceu funciona como uma mira, que aponta para o alvo. O deslizamento entre a linguagem verbal e a visual promove determinadas possibilidades interpretativas que aliam os sujeitos Dirceu e Lula a uma sanção inevitável: a prisão.

No dia 23 de fevereiro, a manchete traz o enunciado verbal “Moro decreta prisão de marqueteiro de Dilma, e cassação tem novo fôlego”. A imagem imediatamente abaixo da manchete dá a ver um mesmo procedimento técnico: Dilma está no foco em meio a outro plano desfocado.

O enunciado verbal, novamente, instaura-se como um dado novo frente a uma situação estabelecida: Dilma **também** está envolvida em corrupção. A organização semântica **Moro, prisão e Dilma** atualiza os sentidos que circulam sobre a mesma investigação da Polícia Federal e a relação entre verbo e imagem também pode ser observada de modo direto: Dilma está na mira das investigações.

No dia 03 de março, a manchete traz o enunciado verbal “**Lava Jato atinge Lula**”. A construção da imagem se assemelha às outras duas: o foco da lente objetiva está sobre o suspeito, assim como a **mira da Justiça**. Os efeitos de sentido sobre o sintagma “suspeito”, historicamente, em nossa sociedade, constroem e, ao mesmo tempo, sancionam o sujeito como “culpado/criminoso”, merecedor de punição. Desse modo, o discurso inscreve Lula como integrante/líder do grupo criminoso, juntamente com Dilma.

É possível observar, no *lead* da manchete, o funcionamento de uma rede de elementos que compõem o dispositivo pela inscrição “**Bolsa sobe e dólar cai**”, porque o discurso econômico do país também se vale da prevalência dessa verdade discursiva, como elemento integrante do que Foucault (2015, p. 47) chama de “estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e sendo suportado por eles”.

Por fim, a manchete do dia 8 de março, “**Elo entre Odebrecht e marqueteiro do PT coopera na Lava Jato**” traz a imagem de Dilma caminhando sob a chuva, com um guarda-chuva que cobre seu rosto. A organização semântica da manchete a partir dos vocábulos **cooperar, PT e Lava Jato** promovem um paradigma de leitura que permite associar tanto a imagem do PT à figura de Dilma quanto a operação Lava Jato à figura da presidenta, como alvo das investigações. A construção da imagem associa-se iconicamente às imagens de suspeitos/criminosos capturados pela polícia, que escondem o rosto quando são levados a dar depoimento.

A regularidade da estratégia discursiva da capa do jornal coloca em circulação sentidos que atingem os sujeitos e os definem como corruptos e criminosos e, ao mesmo tempo em que sugere a permanência de um imaginário sobre o indivíduo político de que todos são iguais e todos são corruptos, reforça o discurso que impinge ao partido PT a adjetivação de **quadrilha de criminosos**, porque agiriam conjuntamente, e constrói discursivamente a identidade de um inimigo público e hegemônico que é preciso combater. Nesse sentido, a hegemonia é construída dentro de um gênero textual que, historicamente, adquire um estatuto de confiabilidade discursiva e se edifica por meio de uma recorrência narrativa, temática e argumentativa – o que Angenot (2015) compreende como um conjunto de normas de forma e de conteúdo – que se impõem como verdade. Essa construção de verdade funciona em uma rede de elementos que, em um constante processo de sobredeterminação funcional e preenchimento estratégico, contribuem para a permanência desse dispositivo anticorrupção e dão lugar a uma (ou mais) reutilização(ões) estratégica(s) que transformam elementos que passam a integrar o dispositivo.

Considerações finais

A investigação das regularidades das estratégias discursivas do discurso jornalístico que incidem sobre o modo de disposição dos elementos nas capas do jornal permite observar

um regime de enunciabilidade que constrói sujeitos inimigos e lhes impinge sanções punitivas anteriores ao próprio discurso jurídico, que teria a legitimidade para invocar a sanção. Courtine (2009) afirma que essas regularidades formam uma série com outras formulações que entram em circulação e correspondem a um **domínio de memória**. Esse domínio de memória coloca em jogo sentidos que se atualizam e se perpetuam historicamente na sociedade.

São resultado de um sistema de regras que gerem o que pode e o que deve ser dito em determinado momento histórico e que respondem a um conjunto de procedimentos regulatórios que homogeneizam o dizer e fazem ecoar e perpetuar sentidos de modo que eles funcionam como resultado de uma universalidade.

Sob a aparência de que se pode dizer tudo sobre os sujeitos que compõem o partido, ecoa um discurso que, ao irromper como resultado de uma verdade absoluta, silencia sentidos outros porque segue reproduzindo intensa e repetidamente determinados sentidos ao passo que perpetua determinados saberes sobre sujeitos sociais específicos.

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. Hegemonia, dissidência e contradiscurso: centro e periferias do discurso social. [1989] In: _____. *O discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 27 – 46.
- COURTINE, Jean-Jacques. Linguagem, discurso político e ideologia. [1987] In: COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 59 – 86.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. [1981] Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CURCINO, Luzmara. Os sentidos do olhar: o leitor e a escrita das mídias nas sociedades democráticas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C.(orgs.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 183-196.
- FERNANDES, C. A. Em Foucault, o sujeito submerso no discurso. IN: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs.). *Presenças de Foucault na análise do discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 107 - 124.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: _____. *Ditos e escritos XIX*:

genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 44-77.

Artigo recebido em fevereiro de 2018.
Artigo aceito em maio de 2018.